

O desafio e o fardo do tempo histórico

István Mészáros*

Dossiê

Eu sou muito privilegiado por estar aqui com vocês. Em italiano não se costuma dizer “buona fortuna”, mas sim “in bocca al lupo” (“na boca do lobo”). Eu estou, então, “na boca do lobo”, na boa fortuna da companhia de todos vocês. O tema de meu livro é *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico* e vou tratar particularmente da seguinte questão: *Por que socialismo?*

Em sua contribuição à primeira edição de *Monthly Review*, Einstein propôs a questão: “Por que socialismo?”, destacando de modo contundente em sua resposta que “a sociedade humana está passando por uma *crise*, sua estabilidade foi *gravemente abalada*”. Sustentou que os riscos a serem enfrentados eram muito altos em nossa ordem social globalmente interligada porque “Não é exagero dizer que o gênero humano constitui hoje uma *comunidade planetária* de produção e consumo”. Ele tampouco pretendia subestimar os problemas que deveriam ser enfrentados no futuro. Ao contrário, asseverou com um senso lúcido de responsabilidade que “A realização do socialismo requer a solução de alguns problemas sociopolíticos

* Conferência ministrada pelo Prof. Emeritus István Mészáros (Universidade de Sussex), no dia 20 de novembro de 2007, quando se realizou o lançamento de seu livro *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico* (Boitempo) na Universidade Federal de Santa Catarina. A mesa foi coordenada pela Prof^ª. Claudia Mazzei Nogueira (Departamento de Serviço Social) e contou com a participação dos professores Fernando Ponte de Souza (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política), Paulo Tumolo (Programa de Pós-Graduação em Educação) e Ricardo Antunes (UNICAMP). A conferência foi extraída do livro homônimo, por meio de uma seleção de alguns capítulos, para que o Prof. Mészáros falasse em português. As tradutoras do livro foram Ana e Vera Cotrim.

extremamente difíceis”. E concluiu seu raciocínio com as seguintes palavras: “É de crucial importância, em *nossa época de transição*, a clareza com respeito aos objetivos e problemas do socialismo”¹.

Desde o momento em que essas palavras foram escritas, há quase sessenta anos, a crise à qual Einstein se referia tornou-se muito maior: uma *crise estrutural* genuína da totalidade do nosso sistema de reprodução social. Ademais, ninguém hoje pretenderia negar que devemos nos preocupar com a complexa situação de apuro de uma ordem planetária. Além disso, com a implosão do sistema de tipo soviético em meados da década de 1980, que trouxe repercussões dolorosas para incontáveis milhões de pessoas, o parecer de Einstein de que “a realização do socialismo requer a solução de alguns problemas sociopolíticos extremamente difíceis” intensificou-se de forma drástica.

Portanto, mais do que nunca, *nossa época de transição* precisa encontrar uma solução historicamente viável para suas contradições e confrontos devastadores, a fim de reparar a estabilidade gravemente abalada pelos antagonismos que deram origem às duas guerras mundiais assoladoras do século XX e que prenunciam a destruição total da humanidade no caso de uma terceira. Somente os defensores mais acríticos da ordem estabelecida poderiam sustentar a possibilidade de manter indefinidamente tudo do modo como tem sido. Portanto, em vista da crise estrutural cada vez mais profunda da ordem sociometabólica do capital, a questão “por que socialismo?” pode – e deve – ser mais uma vez legitimamente evocada.

Então, por que socialismo? Primeiramente porque o capital, por sua própria natureza, é incapaz de atentar para os problemas ameaçadores de sua crise estrutural. O sistema do capital tem um caráter eminentemente *histórico*. No entanto, suas “personificações” recusam-se a admiti-lo, no interesse de eternizar a vigência de seu modo de controle sócio-reprodutivo, apesar de todos os seus perigos hoje demasiadamente óbvios, mesmo com respeito à destruição da natureza e às inegáveis implicações dessa destruição para a própria sobrevivência humana.

1 Albert Einstein, *Why Socialism?*, em *Monthly Review*, mai 1949. Grifos meus.

A dificuldade insuperável a esse respeito é que o sistema do capital, como um modo de controle reprodutivo societário, deve seguir a qualquer custo sua própria lógica, correspondente a suas determinações estruturais objetivas. A direção auto-expansiva do capital não pode refrear a si mesma em virtude de alguma consideração humana, simplesmente porque essa consideração pareceria moralmente mais palatável, como a automitologia do “capitalismo caridoso” e do “capitalismo popular” gostaria de nos fazer acreditar. Ao contrário, a lógica do capital é caracterizada pela destrutividade autovantajosa, uma vez que tudo que se encontra no caminho do cruel impulso expansivo do sistema deve ser naturalmente varrido ou esmagado, se preciso. De outro modo, o avanço auto-expansivo do capital seria rapidamente interrompido, e em pouco tempo o capital, como modo de controle sociometabólico, acabaria por implodir.

Isso não é absolutamente uma novidade: afirmar-se apenas sob as circunstâncias históricas atuais da crise estrutural do sistema. Muito pelo contrário. Enfrentamos as perigosas condições da crise estrutural do capital porque essa forma de controle sociometabólico não está mais em posição de *deslocar* suas contradições e antagonismos inerentes sem ativar ao mesmo tempo os limites intransponíveis do próprio sistema. Essa situação de apuro opõe-se veementemente à capacidade que o capital tinha no passado de tudo invadir e superar com relativa facilidade os obstáculos encontrados na fase ascendente de seu desenvolvimento sistêmico.

Dadas as limitações objetivas de nosso lar planetário e as forças que competem antagonicamente pelos seus recursos, o modo habitual pelo qual o capital subjuga tudo com crueldade tinha de ser, de fato, um modo cada vez mais problemático de deslocar as contradições constantemente geradas em uma escala progressiva. No século XX, uma das formas pelas quais o capital promoveu o deslocamento em última instância insustentável das contradições foi a extrema destrutividade acima mencionada das duas guerras mundiais, com as implicações certamente nefastas de uma potencial Terceira Guerra Mundial. Obviamente, contudo, uma vez descartada a possibilidade de tal deslocamento destrutivo em uma escala global apropriada, as contradições e os antagonismos sistêmicos

podem apenas intensificar-se, trazendo consigo a crise estrutural insuperável de todo o sistema.

Com efeito, a ausência de considerações humanas proveniente do implacável direcionamento auto-expansivo do capital esteve em evidência desde o período mais precoce dos desenvolvimentos capitalistas, como a sangrenta história da chamada “acumulação primitiva” demonstra com clareza. Na Inglaterra, por exemplo, somente sob o reinado de Henrique VIII, 72 mil seres humanos considerados “vadios” e “vagabundos” foram exterminados – como “excedentes às demandas” – após terem sido despojados de seu meio de vida anterior nas terras comunais expropriadas com o propósito da lucrativa criação de ovelhas. Foi por essa razão que sir Thomas More expôs com amarga ironia as condições inumanas sob as quais “as ovelhas estão comendo os homens”² no serviço lucrativo de produção de lã.

Não devemos ter a ilusão de que, sob as condições cada vez mais graves da crise estrutural da ordem estabelecida, o capital poderia adquirir uma atitude diversa diante do impacto humano de sua cruel auto-afirmação. O fato doloroso é que, não obstante todas as promessas autojustificadoras, até hoje o capital falhou em satisfazer mesmo as necessidades elementares da maioria esmagadora do gênero humano. Por conseguinte, o maior desafio para o futuro é encontrar uma maneira de superar positivamente as determinações sistêmicas do capital, que *sempre* impuseram à sociedade seu direcionamento auto-expansivo conflitual/adverso, sem nenhuma consideração pelas conseqüências humanas. Eis porque o socialismo coloca-se na agenda histórica como a alternativa radical à vigência do capital sobre a sociedade.

Quando abordamos a questão do tempo na atual conjuntura histórica, a principal consideração em relação à necessidade de uma ordem social historicamente sustentável tem de ser a supressão radical da conflitualidade/adversidade destrutiva do capital. Kant descreveu-a como “o antagonismo dos homens em sociedade”, supostamente originário da incorrigível “sociabilidade

2 Ver *Utopia* de sir Thomas More, publicado em 1516.

a-social” de sua natureza humana. Nossa necessária rejeição da cláusula evasiva circular da “natureza humana” – uma vez que não explica coisa alguma por si mesma, ao contrário, condena-nos a aceitar com passividade a condição criticada – só poderia ser o ponto de partida. Além disso, lutar contra a conflitualidade/adversidade destrutiva do capital constituiria, por si só, apenas o lado negativo da tarefa histórica.

A verdade é que a inevitável negação da conflitualidade/adversidade do capital não pode de modo algum obter êxito se não for complementada pelo lado positivo do mesmo empreendimento. E isso envolve a harmonização criativa do tempo dos indivíduos sociais com o tempo histórico *aberto* da humanidade. Pois, a menos que seja aberto de modo genuíno, o “tempo histórico” não é, absolutamente, histórico.

Essa concepção opõe-se com veemência à temporalidade arbitrariamente fechada do “eterno presente”, que supostamente caracteriza a “atualidade racional” da ordem estabelecida, como Hegel apresentou. Nada poderia justificar a racionalização especulativa do presente eternizado do capital. Nenhuma tentativa nesse sentido ultrapassaria a defesa acrítica da perpetuação da *atualidade irracional* de uma ordem social insustentável – estruturalmente muito perversa e incorrigivelmente antagônica – ainda que o grande filósofo alemão enuncie o *fim do tempo histórico* com um tom de resignação condescendente.

A necessária harmonização do tempo histórico aqui referida significa, em primeiro lugar, a adoção das *potencialidades positivas* objetivamente factíveis da humanidade pelos indivíduos sociais como princípios orientadores e valores de sua própria atividade vital, em oposição aos *contravalores* do capital impostos de maneira determinista. Naturalmente, isso só é concebível com base em estratégias e objetivos sociais escolhidos de modo consciente, originários dos desafios historicamente determinados pelos grupos sociais aos quais pertencem os indivíduos particulares. Contudo, a sua consciência da *humanidade ameaçada* é uma exigência fundamental para sua autodefinição em nosso tempo. Sem ela, o horizonte geral de seu reconhecido apuro histórico – diretamente relevante em especial

para suas ações como indivíduos sociais conscientes – perderia uma dimensão bastante vital. Como Attila József expressou em seu poema excepcional escolhido como epígrafe deste livro:

o carvão, o ferro e o petróleo,
a matéria real nos criou
despejando-nos ferventes e violentos
nos moldes desta
sociedade horrível,
para fincarmo-nos, pela humanidade,
no solo eterno.³

Ademais, como József ressaltou no mesmo poema, os indivíduos sociais chamados agora a resistir pela humanidade devem fazê-lo com total consciência da necessidade de observar as leis objetivamente necessárias capazes de assegurar a continuidade do desenvolvimento histórico da espécie humana. Pois apenas como “fiéis cumpridores das leis” podem prevalecer sobre as tendências de auto-afirmação do capital que hoje avançam ameaçadoramente e que prenunciam a degradação e a destruição da natureza. É por essa razão que – em um poema escrito em 1933, já com notável capacidade de antecipação – os dois últimos versos da estrofe acima vinculam diretamente “nossa resistência pela humanidade” com o respeito vital pela insubstituível base natural da própria existência humana, indicada por essas palavras: “no solo eterno”, sobre o qual devemos resistir, pela humanidade.

Essa exigência é também inseparável da necessidade de um profundo respeito por aquilo que constitui os valores positivos na progressão histórica da humanidade. Pois eles devem ser observados no espírito da relação dialética entre *continuidade e transformação*. Em outras palavras, a exigência em questão significa a compreensão e a defesa da *continuidade* socialmente viável e significativa *na*

3 Attila József, “A város peremén” [À margem da cidade], 1933, “real matter created us / coal, iron and petrol, / thrown us in the mould / of this terrible society, / ardently and untrammelled, / to make out stand for humanity, / on the eternal soil”.

mudança e a *mudança* historicamente apropriada e sustentável *na continuidade*. Para citar os versos do poema de József que seguem imediatamente a “no solo eterno”:

Por trás dos sacerdotes, dos soldados e dos burgueses
 ao fim nos tornamos fiéis
 cumpridores das leis:
 por isso o sentido de toda obra humana
 ressoa em nós
 como um violão.⁴

É assim que, sob nosso apuro histórico ameaçador, é possível reconciliar o tempo dos indivíduos sociais conscientemente ativos e o tempo da humanidade. No entanto, é evidente que essa harmonização do tempo de vida dos indivíduos com o tempo histórico da humanidade não pode ser considerada como um dado natural. Ela será possível apenas se as determinações conflitantes do tempo, genuinamente reais e não postuladas de modo especulativo, que afetam profundamente o destino da humanidade – e, com ela, inevitavelmente também a vida da totalidade dos indivíduos – forem resolvidas em favor de uma ordem social historicamente sustentável, por meio da superação bem-sucedida das tendências destrutivas de desenvolvimento do capital, bastante evidentes em nossa época.

O trabalho, como único sujeito social possível da transformação emancipatória, não pode cumprir seu decreto sem permanecer sempre profundamente comprometido com uma concepção de história *aberta, rumo ao futuro*. Não pode haver a esse respeito concessões ou pretextos, em aguda oposição à experiência – conjugada com uma variedade de justificativas igualmente indefensáveis – do passado; do reformismo socialdemocrata ao voluntarismo dogmático stalinista, e do “grande compromisso histórico” totalmente

4 A tradução espanhola verte esses versos do poema de Jozsef da seguinte maneira: “Tras los sacerdotes, los soldados y los burgueses / al fin nos hemos vuelto fieles / oidores de las leyes: / por eso el sentido de toda obra humana / zumba em nosotros / como un violón”. Em inglês: “After priests, soldiers and burghers / thus we became at last the faithful / listener to the laws:/ this is way the sense of all / human work throngs in us / like the deep viola”.

derrotista do Partido Comunista Italiano à capitulação de Gorbachev ao fim histórico capitalista.

Comprometer-se com o *caráter radicalmente aberto da história* não significa, evidentemente, que o projeto socialista de *intervenção consciente* no processo histórico em curso possa ser posto “em banho-maria” até que “surjam condições mais favoráveis” e resolvam nossos problemas. Dada a destrutividade progressivamente agravada de nosso tempo, tais condições ambicionadas que favoreçam a alternativa socialista nunca poderiam simplesmente “surgir”. Devem ser combativamente *conquistadas* pelo trabalho e defendidas contra as forças retrógradas, como o antagonista hegemônico do capital, sob as condições existentes indubitavelmente difíceis, por mais que pareçam desfavoráveis para o momento.

Absolutamente certo é que o capital, como controlador inflexível do processo de reprodução societário em sua totalidade, não pode consentir de boa vontade nem mesmo em compromissos táticos com que, de acordo com as evidências históricas, romperá sempre no primeiro momento oportuno, se por conjuntura tiver sido compelido a estabelecê-los. Naturalmente, o capital seria ainda menos propenso ao cumprimento de sua própria parte de qualquer compromisso *histórico* admitido: uma intenção muito irreal. Representantes da esquerda que pensam e agem de outro modo podem, portanto, comprometer-se apenas consigo mesmos. Pois referimo-nos aqui a um *princípio de exclusão mútua* de importância vital, e não a alguma *conveniência mútua* marginal com base em que alguns compromissos tornam-se factíveis e legítimos. Como Marx energicamente sublinhou já à época de sua “Crítica do Programa de Gotha”: “Não pode haver *barganha sobre princípios*”⁵.

Na parte II de *Para além do capital* citei, em uma das epígrafes, a seguinte passagem da obra autobiográfica de Goethe, *Dichtung und Wahrheit*, para ilustrar uma restrição histórica absolutamente inescapável de nosso tempo:

Em Frankfurt, como na maior parte das cidades velhas, existia a prática de ganhar espaço em prédios de madeira fazendo não apenas o

5 Grifos meus.

primeiro, mas também os pisos mais altos, se projetarem sobre a rua, o que incidentalmente tornava as ruas, principalmente as estreitas, sombrias e depressivas. Finalmente foi feita uma lei permitindo que apenas o primeiro andar de uma casa nova se projetasse para fora do terreno, enquanto os andares superiores deveriam se manter nos limites do térreo. Para evitar perder o espaço que se projetava sobre a rua no segundo andar, meu pai *contornou esta lei*, como outros o tinham feito antes dele, escorando as partes mais elevadas da casa, tirando um andar depois do outro, da base para cima, enquanto ele *introduzia a nova estrutura*, de tal modo que, apesar de *ao fim nada da velha casa ter restado*, o prédio totalmente novo poderia ser considerado mera renovação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 515).⁶

O ponto central dessa epígrafe era destacar que o processo de transformação socialista – uma vez que deve abarcar todos os aspectos da complexa inter-relação materialmente fundada entre *capital, trabalho* e o *Estado* – é concebível apenas como uma forma de *reestruturação* transicional *com base na alavanca herdada e progressivamente alterável de mediações materiais*. Como no caso do pai de Goethe, ainda que por razões fundamentalmente diversas, não é possível demolir o prédio em que todos nós vivemos e erigir em seu lugar um outro edifício sobre fundações totalmente novas. A vida deve continuar na casa escorada durante todo o curso de reconstrução, “tirando um andar depois do outro, da base para cima, enquanto *introduz-se a nova estrutura*, de tal modo que, *ao fim, nada da velha casa [terá] restado*”. Com efeito, a tarefa é ainda mais árdua. Pois o madeiramento deteriorado do edifício também deve ser substituído enquanto liberta a espécie humana da perigosa conformação estrutural do sistema do capital.

Portanto, não pode haver “barganha” com relação à meta de reestruturação radical sem a qual até mesmo as condições elementares da sobrevivência da humanidade não podem ser asseguradas. As próprias determinações conflitantes do tempo traçaram a linha de demarcação desse modo inflexível sob as atuais circunstâncias históricas. Tornaram imperativa a busca pelo tipo de reestruturação radical capaz de abranger tanto a *destinação* da jornada, como o *percurso* que conduz à *destinação* escolhida, provendo ainda,

6 Grifos meus.

simultaneamente, a *medida do sucesso* da aproximação – ou desvio – dos objetivos fundamentais referentes à transformação socialista previamente determinados.

A condição vital de êxito com relação à concepção socialista aberta de história é a adoção consciente de uma orientação estratégica integralmente *abrangente*. Seguir o parecer supostamente prudente do “pouco a pouco”, desprovido de qualquer idéia de como os esforços parciais poderiam fazer acréscimos no decorrer do tempo, ou se absolutamente poderiam acrescentar de fato algo sustentável, seria, ao invés de prudente, cego e autoderrotista. Pois advém da natureza do próprio desafio histórico objetivo – com relação às grandes dificuldades da *transformação histórica onibrangente* – a necessidade de avaliar, em qualquer ponto particular do tempo, o que já foi alcançado e quais obstáculos ainda precisam ser superados em direção ao objetivo global de instituir a necessária, e a longo prazo sustentável, alternativa hegemônica ao modo de reprodução sociometabólica estabelecido.

É por essa razão que *planejar*, no sentido pleno do termo, – isto é, não simplesmente com relação a alguns aspectos parciais da vida econômica, mas em direção às demandas abrangentes da transformação societária, que abarcam as aspirações da totalidade dos indivíduos sociais e capacita-os a estabelecer objetivos significativos para si mesmos, como *sujeitos reais de sua própria atividade vital* – faz-se tão essencial em todas as fases do desenvolvimento socialista. O *projeto abrangente* buscado de forma consciente e o *planejamento* dos objetivos sociais realizáveis, conforme têm origem nas determinações dos indivíduos sociais particulares e não são impostos por alguma autoridade estranha, são inseparáveis. Os necessários falseamento e fracasso do planejamento em todas as formas do sistema do capital devem-se à ausência dessas duas condições vitais.

Uma vez que a condição indispensável ao planejamento sustentável seja objetivamente excluída no decurso do atual desenvolvimento social, a possibilidade de resolver as dificuldades inerentes à relação entre as determinações *imediatas* e de *longo prazo* do tempo é também profundamente afetada. A perspectiva de “curto prazo” é uma característica desse modo de reprodução

societária. Infelizmente, as pressões do curto prazo continuam a exercer uma influência desproporcional no período de transição para a ordem alternativa de reprodução social.

Com efeito, também o imediato tem sua validade relativa e sua reivindicação relativamente justificável para a ação comprometida. Obviamente, ignoramos essa circunstância por nosso próprio risco. Mas não podemos esquecer – ou ignorar e muito menos desconsiderar deliberadamente, no interesse da autojustificação, como muito freqüentemente é o caso – a inevitável escala de tempo de *mais longo prazo* das transformações, mesmo quando atuando sob a pressão das determinações de *curto prazo*. Pois a validade relativa das questões imediatas em foco só pode ser calculada de forma apropriada no interior da estrutura transformadora mais ampla. Mesmo que seja considerável a tentação de render-se às determinações imediatas, gerar-se-ia um desvio se as questões imediatas prevalecessem *à custa* das aspirações de longo prazo estrategicamente mais vitais. Isso seria prejudicial ao objetivo escolhido de reestruturação radical e, portanto, às chances de êxito de todo o empreendimento. Por conseguinte, também a esse respeito, apenas a persecução consistente de uma estratégia abrangente pode indicar uma saída para esse dilema real.

O desafio e o fardo do tempo histórico não poderiam ser maiores do que nas circunstâncias atuais. Pois, os próprios riscos não poderiam ser maiores, no sentido de que o modo estabelecido de reprodução sociometabólica – cujas determinações estruturais fundamentais impedem que funcione de outra maneira – agora ameaça diretamente a sobrevivência da humanidade.

Há duas décadas, no fim da aventura de Gorbachev, internacionalmente celebrada como a *perestróica*, ouvimos cantar os louvores da “nova ordem mundial” e de suas promessas de um futuro estável e muito mais produtivo, inclusive dos benefícios que se originariam do “dividendo da paz”, que deveria supostamente fluir em grande abundância a partir do “fim da Guerra Fria”. A realidade mostrou-se muito diversa. Nada de dividendo da paz (muito pelo contrário) e nada que guardasse a mais remota semelhança com uma ordem aceitável na chamada “nova ordem mundial”. Antes, a mais agressiva denúncia de um elevado número de Estados – como “Estados

fracassados” e integrantes do “Eixo do Mal” – porque foram considerados objetáveis pela potência imperialista hegemônica global, seguida pela erupção de conflitos sobre conflitos. Fiel à lógica desses desenvolvimentos, a insana estratégia subjacente para lidar com essas questões, pela disposição militar de “força esmagadora”, logo assumiu a forma das aventuras genocidas no Afeganistão e no Oriente Médio. E sequer parou por aí. Essa estratégia foi seguida pela perspectiva abertamente anunciada do uso de *armas nucleares* pelos Estados Unidos, que alegaram ao mesmo tempo uma ultrajante *justificativa moral* para o caso de colocarem em prática tal ameaça. Uma vez que nos reservam para o futuro a estratégia militar mais agressiva em defesa de ações destrutivas infundáveis, independentemente das conseqüências, é mais do que legítimo perguntar: *onde tudo isso terminará? Onde estão os limites intransponíveis? Existem tais limites? Há alguma garantia de que a humanidade poderá sobreviver à destrutividade irresponsável do imperialismo hegemônico global, que decreta – sem temer uma censura significativa – encontrar-se acima do direito internacional e de toda responsabilidade?*

As expectativas vinculadas à “nova ordem mundial” sonoramente proclamada são totalmente gratuitas desde o início. Porque supunha-se que elas emergiriam no interior da conformação da mesma ordem de reprodução sociometabólica – sem promover a mínima transformação nos seus fundamentos e determinações estruturais – que *gerou* (e continua a gerar) *necessariamente* as contradições e antagonismos que o “fim da Guerra Fria” deveria dissipar, conforme declarado. O sistema do capital é absolutamente incapaz de admitir *mudanças causais* em sua conformação estrutural. Todos os ajustes devem confinar-se ao domínio dos *efeitos* manipuláveis e reversíveis. Eis porque a crença proverbial tantas vezes expressa pelas “personificações do capital” é a de que “não pode haver alternativa”. Naturalmente, a crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital só poderia agravar a situação e tornar menos plausível qualquer intervenção corretiva – mesmo no nível dos efeitos marginais, como o desastroso colapso dos movimentos reformistas socialdemocratas em todo o mundo demonstrou com clareza. Assim, nada surpreendente poderia ser encontrado na intensificação real dos antagonismos sistêmicos e no engajamento do Estado imperia-

lista dominante em guerras genocidas, com o apoio subserviente de seus “aliados voluntários”, em lugar das graças prometidas da “nova ordem mundial” e de seu “dividendo da paz”.

O desafio e o fardo do tempo histórico são inseparáveis da nossa consciência necessária da *humanidade ameaçada*. Pois não é demasiado difícil perceber as graves implicações de um fracasso da tentativa de impugnar as atuais tendências destrutivas de desenvolvimento, que impõem seu poder não apenas no domínio militar, mas também na produção econômica e na relação da humanidade com a natureza. Assim, o fardo de que estamos falando indica tanto as grandes *dificuldades* emergentes do desafio histórico claramente identificável, sublinhado pela inegável *urgência do tempo* para empreender a ação corretiva necessária, quanto a *responsabilidade* que cada indivíduo tem de contribuir para que alcancemos êxito.

Em vista das restrições e contradições sistêmicas incorrigíveis do capital, somente a alternativa socialista pode apresentar uma maneira historicamente sustentável de escapar de nossa situação de apuro tão perigosa. Para torná-la possível, é preciso fazer um exame crítico do passado, bem como reavaliar algumas estratégias que, mesmo hoje, são ainda seguidas pelo movimento operário.

Dada a urgência do nosso tempo histórico, apenas a redefinição mais consistente e radical dos objetivos transformadores pode apresentar alguma esperança de sucesso. A alternativa hegemônica ao domínio do capital implica a necessidade de uma transformação revolucionária irreversível. Naturalmente, os “realistas” sempre afirmam que essa estratégia é “prematura” e deveria ser adiada até o advento de “condições mais favoráveis”. Contudo, o que poderia ser, de fato, menos “premature” do que uma intervenção radical inflexível no processo histórico sob as condições dos maiores perigos possíveis que cumpre enfrentarmos agora? Ou, em outras palavras, quando essa intervenção poderia ser considerada não-prematura, senão sob a urgência do nosso próprio tempo histórico? As objeções espúrias suscitadas contra as formas “prematuras” de ação são, via de regra, distendidas a ponto de serem condenadas como “aventureirismo”. Até Che Guevara sofreu esse tipo de repreensão por parte de “marxistas” e “comunistas”. Fidel Castro respondeu-

lhes em termos inequívocos ao salientar, na ocasião da primeira publicação dos diários de Che na Bolívia, que:

[...] entre aqueles que possam se interessar em manter inédito o diário estão os pseudo-revolucionários, oportunistas e charlatães de toda estirpe. Essas pessoas se autodenominam marxistas, comunistas e outros títulos como esses. Entretanto, não hesitaram em atribuir a Che a alcunha de aventureiro equivocado ou, quando falavam de maneira mais benigna, um idealista cuja morte assinalou o canto do cisne da luta armada revolucionária na América Latina. [...] Após a morte de Che, Zamora⁷ se tornou um de seus mais venenosos críticos “marxista-leninistas (CASTRO RUZ, 2006, p. 105 e 110).

Naturalmente, a verdade é que toda intervenção revolucionária no processo histórico é, e continuará sendo, em certo sentido, necessariamente “prematura”, até que haja uma mudança radical na relação geral de forças em favor da alternativa hegemônica do trabalho contra o capital. Esse tipo de mudança significa não somente uma alteração temporária na relação de forças predominante – que pode ser enfraquecida e revertida pelas forças e tendências restauradoras – mas sim uma transformação de longo alcance e reforçada/consolidada, sustentável de uma forma duradoura. A sua realização envolve uma estratégia coerente para ir além do capital, em contraste com a ineficiência da “negação do capitalismo” ou “derrubada do Estado capitalista”. Na ausência dessa estratégia sustentada, voltada a erradicar irreversivelmente o capital do processo sociometabólico, a restauração capitalista, com as suas conseqüências desastrosas – como a era Gorbachev evidenciou com plena clareza – é apenas uma questão de tempo.

Não se pode evitar a seguinte conclusão: somente uma perspectiva internacional de transformação revolucionária perseguida com consistência pode ser historicamente sustentada. Fidel Castro, em seu artigo supracitado, destacou com veemência as implicações de longo alcance dessa linha de abordagem não apenas para a América Latina, mas simultaneamente também para a possibilidade de desenvolvimento global, afirmando que:

7 Um dos líderes do Partido Comunista Boliviano.

Somente a transformação revolucionária da América Latina possibilitará que o povo dos Estados Unidos acerte suas próprias contas com o imperialismo. Ao mesmo tempo, e da mesma maneira, a luta crescente do povo dos Estados Unidos contra a política imperialista pode se tornar um aliado decisivo do movimento revolucionário na América Latina (*idem*, p.116).

O desafio e o fardo do nosso tempo histórico é fazer prevalecer a *reciprocidade dialética* do internacionalismo socialista. A casa em que todos nós vivemos não pode ser demolida, mas precisa de uma reestruturação verdadeiramente radical. As exigências da transformação revolucionária são profundamente interconectadas no mundo inteiro. Somente sobre essa base a globalização poderá funcionar para o benefício na humanidade.

Sem adotar uma perspectiva socialista internacional viável, o movimento do trabalho não pode recobrar suas forças. Nesse sentido, a reavaliação crítica da história das Internacionais passadas não é menos importante do que a crítica radical da “via parlamentar ao socialismo”. De fato, as promessas baldadas dessas duas abordagens estratégicas estão estreitamente vinculadas. A incapacidade de perceber as condições necessárias do sucesso em uma delas afetou profundamente as possibilidades da outra, e vice-versa. Por um lado, sem um movimento socialista internacional forte e auto-afirmativo, não havia chance de fazer prevalecer a perspectiva socialista nos parlamentos nacionais. Ao mesmo tempo, por outro lado, com a predominância esmagadora do capital no cenário nacional, e a decorrente adaptação do trabalho, internacionalmente organizado da maneira mais inadequada, às restrições parlamentares dadas e às tentações nacionalistas, não se poderia sequer colocar como questão a transformação das Internacionais radicais em uma força organizada coesa e estrategicamente efetiva.

Assim, o fracasso das Internacionais radicais não foi, sob aspecto algum, acidental. Vinculava-se à suposição irrealista da necessidade e de uma *unidade doutrinária* embora operasse no interior de uma estrutura política que impunha à maioria esmagadora do movimento operário a exigência de adaptação ao sistema parlamentar. Com efeito, não é impreciso dizer que a perseguição paralela das duas linhas estratégicas de abordagem era *autocontraditória*. Por

consequente, a mudança necessária no futuro não é possível sem o exame crítico dos problemas de ambas.

Marx escreveu em uma de suas primeiras obras que a “produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX & ENGELS, 2007). Nesse sentido, preconizam-se agora atos históricos importantes porque é impossível responder com êxito ao desafio e ao fardo do nosso tempo histórico sem a criação e a consolidação das necessidades capazes de assegurar não apenas a sobrevivência da humanidade, mas também seu desenvolvimento positivo no futuro.

Assim, como conclusão, consideremos suficiente a indicação dos novos atos históricos absolutamente necessários sob a urgência do nosso tempo para a criação de duas necessidades vitais das quais outras se seguirão naturalmente.

A primeira é a necessidade de adotar a *economia responsável* em nosso sistema produtivo, que só a alternativa socialista hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital pode proporcionar. E a segunda é a busca consciente da determinação de superar – de uma forma historicamente sustentável – a *conflitualidade/adversidade antagônica* endêmica ao sistema do capital e que produz destruição em última instância incontrolável em uma escala potencialmente catastrófica.

Obviamente, o papel da educação socialista é imenso nesse sentido. Mas não podemos evitar a questão propriamente dita. Pois, apenas com a adoção dessas necessidades vitais pelos indivíduos como suas próprias necessidades pode a consciência individual e social reunir-se no interesse do avanço humano positivo.

Muito obrigado.

Recebido em 22 de novembro de 2007
Aprovado em 18 de abril de 2008

Referências

CASTRO RUZ, F. A Necessary Introduction (1968). In: DEUTSCHMANN, D. (org.). *Che: A Memoir by Fidel Castro*. Melbourne: Ocean, 2006).

MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. In: MARX, K. & ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d.).

MARX, K. & ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2002.

